Senado aprova PLP que flexibiliza Lei da Ficha Limpa

Texto altera prazo de contagem para políticos inelegíveis

Por Gabriela Gallo

Jefferson Rudy/Agência Senado

Relator, senador Weverton defendeu que inelegibilidade não pode ser "ad eternum"

O plenário do Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (2), o projeto de lei complementar (PLP) nº 192/2023 que altera a forma de contagem do prazo de inelegibilidade da Lei da Ficha Limpa e reduz o prazo de inelegibilidade para políticos impedidos de se candidatar em oito anos. Relatado pelo senador Weverton (PDT-MA) no Senado e aprovada anteriormente na Câmara dos Deputados, o texto segue para sanção presidencial. O texto foi aprovado pela Câmara dos Deputados em setembro do ano passado, a toque de caixa. Ele inicialmente seria aprovado na última semana no Senado, mas foi adiado para a sessão desta terça por falta de acordo entre as partes.

O projeto propõe mudanças na Lei de Inelegibilidades e na Lei das Eleições para ajustar as regras sobre inelegibilidade de candidatos. As alterações incluem novos critérios e prazos para inelegibilidade, além de permitir que pré-candidatos solicitem uma declaração de elegibilidade à Justiça Eleitoral.

Na prática, o projeto aprovado antecipa o início da contagem para a condenação ou a renúncia, simplificando para oito anos o período de inelegibilidade, e determina o limite de 12 anos em casos de múltiplas condenações, mesmo que as condenações sejam de processos diferentes. A medida ainda veda a possibilidade de mais de uma condenação por inelegibilidade no caso de ações ajuizadas por fatos relacionados. Atualmente, enquanto o texto ainda não é aprovado, o período de inelegibilidade começa a ser contado a partir do momento em que o parlamentar condenado encerra seu mandato, o que pode estender o prazo de inelegibilidade para mais de 15 anos.

Se aprovado, o texto determina que o período da contagem passa a valer a partir dos seguintes casos: decisão que decretar a perda do mandato; eleição na qual ocorreu prática abusiva; condenação por órgão colegiado; ou renúncia ao cargo eletivo.

O projeto de lei complementar foi apresentado pela deputada federal Dani Cunha (União Brasil-RJ), filha do ex-presidente da Câmara dos Deputados Eduardo Cunha (Republicanos-RJ), que atualmente encontra-se inelegível até fevereiro de 2027. Se sancionado, o PLP determina que as novas regras poderão ser aplicadas imediatamente e podem mesmo beneficiar políticos já condenados, permitindo assim que Cunha e diversas outras figuras políticas atualmente inelegíveis disputem cargos políticos nas eleições de 2026.

O texto foi aprovado por ampla maioria dos parlamentares, desde partidos da oposição até da base governista. Nos bastidores, o Partido Liberal (PL) tinha interesse na medida porque o PLP atende a dez filiados da sigla. Já para o Partido dos Trabalhadores (PT) também há interesse na sanção do projeto de lei complementar porque vai enquadrar outros seis filiados, o que justificaria o motivo de ambos os partidos votarem ao favor da medida.

Críticas

Com a aprovação da medida no poder Legislativo, a ONG Transparência Internacional emitiu na noite desta terça-feira um comunicado criticando a decisão dos senadores. "As eleições de 2024 foram marcadas pela infiltração de organizações criminosas como o PCC [Primeiro Comando da Capital] e o CV [Comando Vermelho] em prefeituras e Câmaras de vereadores por todo o Brasil. Seja pelo financiamento ilegal, seja por candidaturas de fachada, o crime organizado avançou sobre as instituições democráticas e é grande o risco de que isso se repita nos cenários estadual e federal", alerta o comunicado.

Vale destacar que recentemente a Polícia Federal (PF) deflagrou uma operação que identificou atuações do crime organizado, para além das favelas, infiltrado em escritórios, empresas e no mercado financeiro. A medida alerta para a possibilidade de supostas infiltrações de facções e esquemas criminosos dentro da política.

A ONG Transparência Internacional ainda reiterou que o projeto original da Lei da Ficha Limpa "foi resultado do desejo legítimo da população em impedir que corruptos e criminosos voltem rapidamente ao poder" e, portanto, não deveria passar por mudanças.

Senado aprova PEC que cria novas regras para precatórios

Saulo Cruz/Agência Senado

PEC foi relatada por líder do governo Jaques Wagner

Além de alterar as regras da Lei da Ficha Limpa, o plenário do Senado Federal aprovou, nesta terça-feira (2), a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº 66/2023 que altera as regras sobre o pagamento de precatórios – instrumento pelo qual o Poder Judiciário requisita à Fazenda Pública o pagamento a que esta tenha sido condenada em processo judicial. Como o texto não passou por alterações do que foi entregue pela Câmara dos Deputados, a previsão é que as novas regras serão promulgadas na próxima terça-feira (9).

O texto implmentaa um dispositivo que permite ao governo federal um gasto extra de R$ 12,4 bilhões em 2026, ano das eleições.

A votação começou em julho deste ano, mas travou diante do impasse sobre a inclusão ou não de dívidas da União na regra fiscal.

Nesta terça-feira (2), a deliberação foi reiniciada justamente pela deliberação de um destaque que queria derrubar essa possibilidade, mas que foi rejeitado por um placar apertado, de 49 a 28 -exatamente o número necessário para que o dispositivo fosse mantido.

A vitória do governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) aconteceu mesmo com posicionamento contrário de União Brasil e PP, partidos que anunciaram nesta terça seu desembarque do Executivo.

Já aprovada pela Câmara dos Deputados, agora a proposta precisa passar por votação em segundo turno no Senado antes de ir para promulgação pelo Congresso Nacional.

Parlamentares de oposição tentaram colocar novamente o trecho sobre dívidas em deliberação, mas o presidente do Senado, Davi Alcolumbre (União Brasil-AP) não permitiu, sob argumento de que um mesmo tema não poderia ser discutido duas vezes.

A PEC começou a tramitar no Senado mas, durante a passagem pela Câmara, os deputados retiraram as dívidas da União do teto de gastos em 2026, criando uma regra de transição para que esses valores fossem contabilizados na regra fiscal a partir do ano seguinte.

Assim, o governo Lula conseguiu um espaço fiscal extra de mais de R$ 12 bilhões para gastar durante o ano das eleições presidenciais.

Em entrevista à Folha de São Paulo, a ministra do Planejamento e Orçamento, Simone Tebet, afirmou que a alteração daria segurança jurídica e garantiria o cumprimento da meta do resultado primário em 2026.

Um cálculo feito pela Comissão Especial de Precatórios da Ordem de Advogados de São Paulo (OAB-SP) concluiu que o pagamento de precatórios devidos pelo estado de São Paulo pode demorar até oito anos a mais com essa PEC.

A OAB usa como exemplo o precatório alimentar devido pelo governo paulista no Orçamento de 2017. Segundo as projeções, se antes ele demoraria 2 anos para ser depositado, com a proposta ele precisaria de 10, acumulando uma dívida de R$ 6 bilhões.

A estimativa análoga feita para a Prefeitura de São Paulo com base nas contas de 2011 subiria de três para 12 anos.

A PEC 66 de 2023 tratava, originalmente, apenas de dívidas dos municípios com precatórios e com seus regimes de previdência. O texto já tinha passado Senado, onde foram incorporadas também regras para os estados. Na comissão especial que o discutiu na Câmara, entraram também os precatórios da União.

Por João Gabriel (Folhapress)

CORREIO BASTIDORES

POR FERNANDO MOLICA

Gustavo Moreno/STF

PGR lembrou ameaça de presidente a ministro

Bolsonaristas lamentam citação de Fux por Gonet

Aliados de Jair Bolsonaro sentiram muito um golpe desfechado pelo procurador-República, Paulo Gonet, durante o julgamento do principal núcleo acusado de tentativa de golpe de Estado.

O PGR fez questão de citar a ameaça que o então presidente, em 7 de setembro de 2021, fez a Luiz Fux, na época presidente do Supremo Tribunal Federal. Fux é tido como o único aliado bolsonarista na Primeira Turma do STF.

Irritado com decisões do ministro Alexandre de Moraes, Bolsonaro, frisou Gonet, "repetiu o ultimato" a Fux: "Ou o chefe desse Poder enquadra o seu (ministro, Moraes), ou esse Poder pode sofrer aquilo que não queremos, porque nós valorizamos, reconhecemos e sabemos o valor de cada Poder da República."

'Maldade'

Para políticos ligados a Bolsonaro, o PGR criou um constrangimento para Fux, "uma maldade", segundo um deles. Lembrou que o minstro também foi vítima de ataques do principal acusado pela trama golpista. Uma ameaça que, no limite, tinha como alvo o próprio STF.

Vacina

A nova rodada de articulações pró-anistia acirrou ainda mais os ânimos no STF e na PGR. Além da condenação de Bolsonaro, há a intenção de que a decisão evidencie o tamanho do risco que o país correu com a tentativa de golpe. Algo que sirva de vacina contra o perdão.

Bruno Spada/Câmara dos Deputados

Hugo Motta

Sede de impunidade derrubou PEC

Sedendos por blindagem, deputados enrolados com desvios de recursos de emendas, exageraram na dose e sabotaram a tramitação da proposta de emenda constitucional que criava barreiras para que parlamentares fossem processados.

Semana passada, quando o relatório do deputado Lafayette de Andrada (Republicanos-MG) não havia sido divulgado, o grupo foi ao presidente da Câmara, Hugo Motta (Republicanos-MG) e pediu que fosse discutido um texto radical.

Pela proposta, qualquer processo contra parlamentares teria que ser autorizado por dois terços do STF e pela respectiva Casa, Câmara ou Senado.

Fogo no parque

O projeto derrubou qualquer possibilidade de consenso entre os líderes e inviabilizou um acordo que vinha sendo costurado com o STF. Para complicar ainda mais, trechos da proposta foram fotografados e divulgados em redes sociais e geraram revolta.

Derrubada

A discussão entrou pela noite e impediu a análise da proposta de Andrada, que previa proteção apenas para crimes ligados à atividade parlamentar: não haveria necessidade de autorização de suas Casas para que fossem processados por corrupção.

Emburrado

O presidente Lula é visto no PT como um dos grandes obstáculos à busca de uma negociação mais ampla com partidos do Centrão que, apesar de ocuparem ministérios, tocam mais pela partitura da oposição. Irritado com o que chama de traições, não quer muita conversa.

'Deixa comigo'

Apesar dos esforços da turma do deixa disso, Lula não tem muitas esperanças de acordos amplos, prefere apostar em acertos regionais. E aposta que, na hora do vamos ver, seu carisma e seu governo compensarão a falta de amplos apoios partidários.